

Desenvolvimento Social

COORDENADORIA DE AÇÃO SOCIAL

DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA GRANDE SÃO PAULO ABC - SANTO ANDRÉ

DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL GRANDE SÃO PAULO - ABC
Processo: SEDS-PRC/2020/00276
Local: Cezar Moreira Filho e Ana Maria Alimínia Moreira
Localidade: Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social Grande São Paulo ABC
Objeto: Objeto: Adiantamento ao Contrato de Locação de Imóvel, sito à Avenida Portugal, nº 391 - salas 302/304 - Centro Santo André - SP.
Vigência 15/06/2022 e término em 14/06/2023.
Contrato ajustado de acordo com IPC (FIP)12,29%
Valor Mensal, passa de R\$ 3.007,91 para R\$ 3.377,58
PF081201050578000.
ND-239036-91.
UGE-350112.

Segurança Pública

GABINETE DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SSP Nº 39, DE 19 DE JUNHO DE 2022
Regulamenta os Decretos nºs 64.764 e 64.765, de 27 de janeiro de 2020, que dispõem sobre a assistência judiciária e jurídica gratuita, para a defesa dos policiais militares e policiais civis por atos praticados em razão do exercício de suas funções, e a indicação de defensor, na forma do art. 14-A do Decreto-Lei federal nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e do artigo 16-A do Decreto-Lei federal nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Penal Militar).
Considerando o disposto nos Decretos nºs 64.764 e 64.765, de 27 de janeiro de 2020, que regulamentam a assistência judiciária gratuita para a defesa, respectivamente, dos policiais militares e policiais civis por atos praticados em razão do exercício de suas funções e a indicação de defensor em seu favor; Considerando a necessidade de dar cumprimento ao § 1º do art. 1º dos referidos Decretos;
Considerando as situações de maior exposição dos policiais no exercício de sua função, e os riscos jurídicos das decorrentes, em especial os casos de acusação de delitos que carregam penas corporais, em abstrato, de grande vulto, e os efeitos extrajudiciais delas decorrentes;
Considerando, por fim, a própria política de segurança pública do Estado e de todos os seus esforços e investimentos continuados na capacitação teórica e prática de seus agentes, bem como em instrumentos de tecnologia e outros que evidenciam a preocupação com o uso proporcional da força, a ação legal de seus agentes, pautada no respeito aos direitos humanos;
O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições:
RESOLVE:
Artigo 1º - A implementação da assistência jurídica gratuita de que trata o Decreto nº 64.764, de 27 de janeiro de 2020, e a assistência judiciária gratuita de que trata o Decreto nº 64.765, de 27 de janeiro de 2020, deverá observar o disposto nesta Resolução.
Artigo 2º - A assistência, que será prestada na área criminal, abrangendo os processos acusatórios em curso na justiça comum e militar, por atos praticados em razão do exercício de suas funções, quando a acusação indicar, na modalidade tentada ou consumada, a capitação dos crimes de:
I – homicídio (art. 121 do Código Penal);
II – lesão grave ou seguida de morte (artigo 129, §§ 1º a 3º do Código Penal Militar);
III – fuga de pessoa presa ou submetida à medida de segurança (artigo 351 do Código Penal) e fuga de preso ou internado (artigos 178 e 179 do Código Penal Militar);
IV – tortura (artigo 1º da Lei nº 9.455/97); (Dígitado aqui pelo Governo do Estado de São Paulo Secretaria da Segurança Pública Gabinete do Secretário
V – abuso de autoridade (artigos 9º ao 38 da Lei nº 13.869/19).
§1º - A assistência será prestada mediante requerimento do crime previsto no inciso I do presente artigo, a assistência a que se refere o caput abrangendo a defesa do policial desde a fase de investigação, em inquéritos policiais ou policiais militares, ou outros procedimentos, extrajudiciais que lhe forem correspondentes.
Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO

DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA DR. MAURICIO HENRIQUE RODRIGUES PEREIRA

ACADEMIA DE POLÍCIA DR. CORIOLANO NOGUEIRA COBRA

Secretaria de Concursos Públicos
Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra"
Secretaria de Concursos Públicos
Comunicação Processo Acadpol. nº 5 - 196.378/2022
A Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra", pela Comissão do Processo Seletivo, faz saber que se acha instaurado o processo seletivo de provas e títulos para Professor Temporário de Políciologia, que será regido pelos princípios e regras das Constituições da República e do Estado de São Paulo aplicáveis a espécie e pelas normas do Decreto nº 60.350/2014 (art. 4º, VIII, e art. 7º, III), do Regulamento da Academia de Polícia - RAP, aprovado pelo art. 1º da Resolução SSP-111/1990, do Decreto nº 38.391/1994, alterado pelos Decretos nº 50.085/2005 e nº 61.517/2015, bem assim pelas Instruções Especiais que integram este Edital de Abertura.
I - DAS INSTRUÇÕES ESPECIAIS
1 - DA COMISSÃO
A Comissão do Processo Seletivo, na forma da deliberação da Congregação da Academia de Polícia, publicada na Diário Oficial do Estado do dia 25 de janeiro de 2020, é composta pelos professores: Caetano Paulo da Silva (Presidente), José Brandini Júnior (Vice-Presidente), Edson Aides, Maurício Correia e Márcio Paulo Lazzari (Membros), Nadja Maria de Souza Santos e Luis Hiroshi Wada (Suplentes).

II - DAS VAGAS

1. Estas instruções regulam o processo seletivo para o preenchimento de 30 (trinta) vagas para Professor Temporário de Políciologia, conforme deliberação da Congregação da Academia de Polícia, distribuídas na seguinte conformidade:
Capital e Grande São Paulo - Academia de Polícia - 10 (dez) vagas;
Unidade de Ensino e Pesquisa de São José dos Campos - 2 (duas) vagas;
Unidade de Ensino e Pesquisa de Campinas - 2 (duas) vagas;
Unidade de Ensino e Pesquisa de Sorocaba - 2 (duas) vagas;
Unidade de Ensino e Pesquisa de Ribeirão Preto - 2 (duas) vagas;
Unidade de Ensino e Pesquisa de Bauru - 2 (duas) vagas;
Unidade de Ensino e Pesquisa de São João do Rio Preto - 2 (duas) vagas;
Unidade de Ensino e Pesquisa de Santos - 2 (duas) vagas;
Unidade de Ensino e Pesquisa de Presidente Prudente - 2 (duas) vagas;
Unidade de Ensino e Pesquisa de Piracicaba - 2 (duas) vagas;
Unidade de Ensino e Pesquisa de Aracatuba - 2 (duas) vagas.

2. A aprovação do candidato na correspondente vaga não impedirá a atividade docente em outras unidades de ensino policial após sua designação como professor, sempre a critério da Academia de Polícia e desde que a distância para o exercício da docência não cause prejuízos à sua atividade de origem.

III - DA REMUNERAÇÃO

O valor dos honorários de professor, nos termos do art. 124, VIII, da Lei nº 10.261/1968, é calculado na forma de horas-aula, mediante aplicação de percentuais sobre o valor do padrão do cargo de Docente de 3º classe, observado o Decreto nº 38.391/1994, alterado pelos Decretos nº 50.085/2005 e nº 61.517/2015.

IV - DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

1. Ocupar cargo de polícia civil do Estado de São Paulo.
2. Ser portador de diploma de bacharelado ou licenciatura em curso superior de graduação, devidamente registrado no MEC, de acordo com o artigo 44, II, da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).
3. Não registrar antecedentes funcionais disciplinares ou criminais nos últimos 5 (cinco) anos.
4. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos, nos termos deste Edital e do regulamento do processo seletivo, sob pena de sua inscrição ser indeferida.

V - DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições serão realizadas eletronicamente, no período de 02 (dois) dias úteis, a partir do dia 25 de julho de 2022 até às 23 horas e 59 minutos do dia 09 de agosto de 2022, observado o horário oficial de Brasília.
2. Para a efetivação da inscrição, o candidato deverá:
2.1. Acessar o endereço eletrônico da Polícia Civil (www.policial.sp.gov.br), item "Concursos" e selecionar o "Processo Seletivo para Professor Temporário de Políciologia";
2.2. Baixar o arquivo "Formulário de inscrição";
2.2.1. Abrir o arquivo PDF do formulário no Adobe Reader (gratuito) ou em outro editor de PDF de sua preferência;
2.2.2. Preencher eletronicamente, no próprio editor de PDF, todos os dados solicitados;
2.2.3. Indicar, no formulário de inscrição, o local onde pretende concorrer à vaga descrita no Capítulo II, item 1, na aba localidade no lado superior direito, medida imprescindível à inscrição;

2.2.4. Salvar o formulário devidamente preenchido, anexando-o simultaneamente com os documentos dispostos no Capítulo II, itens 1, 2 e 3, isto é, cópia do último demonstrativo de pagamento, do diploma de graduação ou licenciatura (frente e verso) e das certidões negativas de antecedentes funcionais disciplinares e criminais, todos em formato PDF, na mensagem a ser enviada – única e exclusivamente de forma eletrônica – para o e-mail: concursos@policial.sp.gov.br.

3. Cada candidato deverá efetuar a inscrição somente para um dos locais listados no item I do Capítulo II.

4. Não serão aceitos formulários em branco ou escaneados.

5. E-mails recebidos fora do período de inscrição serão desconsiderados.

6. Não será cobrada taxa de inscrição.

7. Não será efetuada inscrição em desacordo com as instruções constantes neste Edital.

8. A Acatia de Polícia não se responsabilizará pelas solicitações de inscrição não recebidas por motivos de falhas dos equipamentos ou programas utilizados pelo usuário, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, falta de energia elétrica, indisponibilidade de provedores ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, bem assim por problemas técnicos ou falhas no encaminhamento de quaisquer dados.

9. O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o total e correto preenchimento da ficha de inscrição e do encaminhamento das cópias dos demais documentos solicitados.

10. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

11. O candidato que prestar qualquer declaração falsa, inexistente ou que não atenda a todas as condições estabelecidas neste Edital terá sua inscrição cancelada e, como consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, ainda que aprovado nas provas e mesmo que o fato seja constatado posteriormente.

12. Findo o prazo a que se refere o item 1 deste Capítulo, a Comissão publicará a relação dos candidatos inscritos e dos que tiveram as inscrições indeferidas, com o respectivo fundamento.

13. Do indeferimento da inscrição caberá pedido de reconsideração, endereçado ao Presidente da Comissão do Processo Seletivo, que deverá ser entregue pessoalmente, na Secretaria de Concursos Públicos da Academia de Polícia, situada na Praça Professor Reynaldo Porchat, 219, Ala 1ª, sala 7, Cidade Universitária, São Paulo/SP, CEP: 05508-100, ou de forma eletrônica para e-mail: professor.papel@policial.sp.gov.br, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da publicação da relação dos inscritos no Diário Oficial do Estado.

14. As etapas do processo seletivo serão realizadas exclusivamente no campus I da Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" (São Paulo - Capital), localizado na Praça Professor Reynaldo Porchat, nº 219, Cidade Universitária, São Paulo/SP.

VI - DAS PUBLICAÇÕES

1. Este Edital e demais atos posteriores serão divulgados no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

2. Decididos eventuais pedidos de reconsideração de indeferimento de inscrição, a Comissão fará publicar a relação definitiva dos candidatos inscritos, os quais entregarão a monografia, pessoalmente ou por procurador, na Secretaria de Concursos Públicos da Academia de Polícia, situada na Praça Professor Reynaldo Porchat, 219, Ala 1ª, sala 7, Cidade Universitária, São Paulo/SP, CEP: 05508-100, até a data prevista no Capítulo VII, item 12.

3. Findo o prazo para depósito das monografias, a Comissão fará publicar comunicado informando dia, hora e local do sorteio, a ser realizado em sessão pública, por meio do qual será definida a ordem dos candidatos que serão convocados para as demais etapas.

4. Estabelecida a ordem dos candidatos, a Comissão fará publicar novo comunicado, contendo os nomes com as respectivas datas, horários e local da aula-prova, os quais não serão alterados a partir da publicação.

VII - DAS PROVAS

O processo seletivo desenvolver-se-á em três etapas sucessivas: MONOGRAFIA, AULA-PROVA E ARGUIÇÃO.

1.1. Monografia sobre o tema "A multibiometria empregada na identificação humana pela Polícia Civil do Estado de São Paulo".
1.1.1. O desenvolvimento da monografia deverá abordar, obrigatoriamente, dentre outros temas: a) A Políciologia como ciência: conceito, objeto, metodologia, divisões e postulados; b) multibiometria: conceito e abrangência; e c) tecnologias relacionadas à identificação humana em uso na Polícia Civil do Estado de São Paulo.

1.2. O depósito da monografia deverá ser realizado até o dia 23 de setembro de 2022, no horário das 10 às 17 horas, pessoalmente ou por procurador, na Secretaria de Concursos Públicos da Academia de Polícia de São Paulo, situada na Praça Professor Reynaldo Porchat, 219, Ala 1ª, sala 7 - Cidade Universitária, São Paulo/SP, CEP: 05508-100, e consistirá de trabalho dissertativo escrito, redigido em língua portuguesa, sobre o tema indicado no item 1.1 deste Capítulo, estruturado em obedência às normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para trabalhos acadêmicos e com observância às seguintes especificidades:

1.2.1. Extensão mínima de 40 (quarenta) e máxima de 60 (sessenta) laudas, incluídas as figuras e tabelas, excetuando-se anexos;

1.2.2. Impressão somente no anverso sobre papel branco, formato A4;

1.2.3. Elaboração em 08 (oito) vias, sendo uma via encadernada em capa dura na cor preta e com letras douradas e as 7 (sete) restantes em capa plástica espalçada, além de 2 (duas) cópias em pendrive digitalizado, sendo 01 (uma) em formato PDF e outra em formato DOC ou DOCX.

1.2.4. A aula-prova versará sobre um dos seguintes temas:

2.1.1. Sistema Dactiloscópico de Vucetich: classificação e subclassificação das impressões digitais pela nomenclatura utilizada pelo IRGEC;

2.1.2. Elementos formadores das impressões digitais, sistema de linhas, sistema tegumentar e pontos característicos: nomenclatura utilizada pelo IRGEC – conceito e finalidade;

2.1.3. Cadeia de custódia na Políciologia: o assessoramento em local de crime. Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime);

2.1.4. Técnicas para revelação de impressões digitais em local de crime;

2.1.5. Necropsologia: técnicas e procedimentos; e

2.1.6. Tecnologias para identificação humana em uso no IRGEC.

2.2. Os candidatos deverão comparecer pessoalmente na Academia de Polícia para, em sessão pública, sortear um dos temas listados no item 2.1 deste Capítulo, conforme publicação específica de comparecimento, 24 (vinte e quatro) horas antes da aula-prova, em horário a ser estipulado.

2.2.1. O sorteio será registrado em vídeo e indicado a tema da aula-prova a ser ministrada;

2.2.2. O não comparecimento ao sorteio implicará, automaticamente, o desligamento do certame.

2.3. A aula-prova terá a duração de 40 (quarenta) a 50 (quarenta e cinco) minutos e versará sobre o tema sorteado pelo candidato.

2.4. O traje exigível será o passeio completo.

2.5. O ato será público, respeitados os protocolos sanitários vigentes.

3. DA ARGUIÇÃO

3.1. A arguição do candidato pela Comissão será realizada imediatamente após a aula-prova e versará sobre a monografia, a didática em aula, a exposição realizada e demais temas listados no item 2.1 deste Capítulo.

3.2. As perguntas e as respostas serão feitas oralmente.

3.3. O ato será público, respeitados os protocolos sanitários vigentes.

4. DA APROVAÇÃO

4.1. Após a arguição, o Presidente da Comissão entregará na Secretaria de Concursos Públicos o envelope lacrado contendo os formulários de avaliação devidamente preenchidos pelos examinadores.

4.2. A Comissão avaliará a monografia, a aula-prova e a arguição, atribuindo ao candidato a nota 0 (zero) a 100 (cem) pontos em cada uma das etapas.

4.2.1. Para a avaliação, serão levados em consideração os conhecimentos do candidato, a didática demonstrada, a adequação da linguagem, a formulação do raciocínio, a capacidade de argumentação, o uso correto do vernáculo e a estrita observância às normas da ABNT.

4.3. O candidato será considerado aprovado quando a média aritmética das três notas atribuídas for igual ou superior a 80 (oitenta) pontos.

4.4. A relação nominal dos candidatos aprovados nesta fase será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

III - DOS DOCUMENTOS E TÍTULOS

1. Nos 3 (três) dias úteis seguintes à publicação da lista dos aprovados na fase anterior, no horário das 10 às 17 horas, os candidatos relacionados deverão apresentar, pessoalmente ou por procurador, na Secretaria de Concursos Públicos da Academia de Polícia, localizada na Praça Professor Reynaldo Porchat, 219, Ala 1ª, sala 7, Cidade Universitária, São Paulo/SP, CEP: 05508-100, os seguintes documentos:

1.1. Cópia do último demonstrativo de pagamento, expedido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo;

1.2. Cópia autenticada, frente e verso, do diploma de bacharelado ou licenciatura em curso superior, devidamente registrado no MEC de acordo com o artigo 44, II, da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação); e

1.3. Certidões de antecedentes funcionais disciplinares e criminais.

2. Não será aceito o recebimento dos documentos acima por qualquer meio eletrônico ou digital.

3. Os candidatos poderão, no mesmo prazo, apresentar títulos, aos quais serão atribuídos pontos, na seguinte conformidade:

3.1. Pós-graduação em nível de Livre Docência ou de Doutorado: 5 pontos, até o limite de 10 pontos;

3.2. Pós-graduação em nível de Mestrado: 4 pontos, até o limite de 6 pontos;

3.3. Pós-graduação em nível de Especialização: 3 pontos, até o limite de 6 pontos;

3.4. Livro publicado na área do Direito ou da Segurança Pública: 2 pontos;

3.5. Artigo publicado em revista especializada na área prevista no item anterior: 1 ponto, até o limite de 2 pontos;

3.6. Seminário ou curso realizado pela Academia de Polícia, exceto os de reciclagem e de formação técnico-profissional: 1 ponto, até o limite de 2 pontos;

3.7. Exercício em carreira policial: 0,2 ponto por ano de efetivo exercício;

3.8. Exercício de magistério em cursos de graduação ou pós-graduação em instituição de ensino superior reconhecida: 0,2 ponto por ano de efetivo exercício.

4. Inscrição exclusivamente ao candidato comprovou os títulos, na seguinte conformidade:

4.1. Os títulos referidos nos itens 3.1, 3.2 e 3.3, com a apresentação de cópia autenticada, frente e verso, do diploma ou ata de defesa expedida por instituição reconhecida pelo MEC, nos termos da legislação vigente;

4.2. As publicações previstas nos itens 3.4 a 3.5, por meio de entrega de exemplar ou cópia simples, com ficha catalográfica;

4.3. O seminário ou curso tratado no item 3.6, por meio de cópia do certificado ou certidão expedida pela Secretaria de Concursos Complementares;

4.4. O tempo de exercício referido no item 3.7, mediante certidão expedida pelo órgão de pessoal respectivo; e

4.5. O tempo de exercício referido no item 3.8, mediante certidão expedida pela instituição de ensino superior.

5. O valor total máximo atribuído aos títulos será de 20 (vinte) pontos.

IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A pontuação resultante do cômputo dos títulos discriminados no Capítulo anterior será somada à média da nota da monografia, da aula-prova e da arguição até o limite de 100 (cem) pontos.

2. São critérios sucessivos para desempate entre candidatos:

2.1. A obtenção da maior média aritmética das notas atribuídas à aula-prova;

2.2. A obtenção da maior média aritmética das notas atribuídas à arguição; e

2.3. A obtenção da maior média aritmética das notas atribuídas à monografia.

3. Findo o processo seletivo, será publicada a lista dos candidatos classificados, obedecida a ordem decrescente de notas e o limite de vagas, em consonância com o preconizado no Capítulo II deste Edital.

4. O candidato que descumprir qualquer das exigências previstas neste Edital ou deixar de comparecer a qualquer uma das fases da seleção será excluído do certame.

5. A inexistência ou as irregularidades das informações e dos documentos, verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da designação, acarretará à nulidade dos atos relativos à participação do candidato, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.

DA APLICAÇÃO

7. A inscrição do candidato implica a aceitação dos termos deste Edital, bem assim das demais instruções inseridas nos comunicados subsequentes.

Secretaria de Concursos Complementares, de Pesquisa e Apoio à Produção Científica COMUNICADO

O Delegado Divisório da Polícia da Secretaria de Concursos Complementares, de Pesquisa e Apoio à Produção Científica da Academia de Polícia, faz saber, que estarão abertas inscrições para o CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO SOBRE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA - Turma 07/2022, a ser realizado em ambiente virtual, no prazo e condições previstos nestas Instruções Especiais.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

A inscrição implica o conhecimento pleno das presentes instruções, obrigando-se o candidato a acatar as disposições nelas estabelecidas.

I - DAS VAGAS

1) 30 vagas

2) Reservas para a inscrição:

2.1) Poderão inscrever-se Policiais Civis de todas as carreiras.

II - DAS INSCRIÇÕES

1) As inscrições estarão abertas a partir das 9h00 do dia 20/07/2022 às 23h59m do dia 03/08/2022 e deverão ser realizadas única e exclusivamente via INTRANET da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

2) As inscrições serão requeridas via WEB, mediante acesso a página da

INTRANET da Polícia Civil – no endereço: http://mtra.policial.sp.gov.br/concursos_complementares/, devendo o interessado realizar o cadastro prévio e responder ao questionário exigido, procedendo à impressão e o preenchimento de formulário padronizado à disposição, ou desistindo, também na página da Intranet, em "Downloads" – modelos de formulários – requerimento de inscrição ACADEPOL, o qual, após devidamente preenchido e assinado pelo requerente, deverá obrigatoriamente constar autorização expressa da autoridade superior, com rubrica funcional, sob pena de invalidação da inscrição e consequente indeferimento. Após ser digitalizado o requerimento, anexá-lo e enviá-lo, via Intranet, no mesmo site da inscrição, na coluna Downloads, sob o ícone ENVIAR.

3) A realização do curso não garante a vaga no curso. Somente após a análise do documento enviado a inscrição será validada.

4) Findo o prazo de inscrições, a Secretaria de Concursos Complementares, de Pesquisa e Apoio à Produção Científica publicará a listagem dos candidatos que tiveram a inscrição deferida, por ocasião do início do curso.

III - DAS REGRAS GERAIS DO CURSO

1) O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO SOBRE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA conta com carga horária de 24 horas/aula.

A Turma 07/2022 realizará-se nos dias: 17, 18, 22, 23, 24 e 25 de agosto de 2022, das 19h00 às 22h00, com transmissão via internet pela plataforma AVA, com o link de acesso: <https://acadepol.policialsp.gov.br/ava/>, cuja senha para assistir a transmissão será enviada para o endereço de e-mail informado no ato da inscrição.

1) Os alunos que ultrapassem o limite de faltas serão desligados pela Secretaria de Concursos Complementares, de Pesquisa e Apoio à Produção Científica e ficarão impedidos de inscrever-se para matrícula em qualquer curso complementar pelo prazo de 2 (dois) anos, salvo quando for deferida, também pela Secretaria de Concursos Complementares, de Pesquisa e Apoio à Produção Científica, petição de dispensa por motivo justificado.

2) Os alunos que atingirem o mínimo de frequência estabelecida (75% da carga horária) e revelarem aproveitamento no Curso, serão considerados aprovados e farão jo a certificado assinado pelo Delegado Divisório da Polícia da Secretaria de Concursos Complementares, de Pesquisa e Apoio à Produção Científica.

3) A inscrição ao curso implica o conhecimento e dever de fiel obediência ao Regimento Interno Disciplinar da Academia de Polícia Doutor Coriolano Nogueira Cobra, instituído pela portaria Acadpol nº 17/2005.

Secretaria de Coordenação e Controle do Interior

O Delegado de Polícia e Professor Dirigente respondendo pelo expediente da Unidade de Ensino e Pesquisa (UEP) em Presidente Prudente – DENTER 8, por intermédio da Secretaria de Coordenação e Controle do Interior da Academia de Polícia, comunica a retificação do Edital de Convite do CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO SOBRE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÕES PARA PRESERVAÇÃO DOS VESTÍGIOS PAPILARES, Turma 03/2022 (Proc. 039SC02/2022), publicado no D.O.E. de 09/07/2022, Poder Executivo, Seção I, página 14, para EXCLUIR os nomes de LUCIANO PEREIRA DE ANDRADE, RG 28.144.941, e PAULO AUGUSTO DA SILVA, RG 45.540.252, o INCLUIR os nomes de ANA CAROLINA BORRO, RG 18.014.014, e JESSICA PAULA DE OLIVEIRA, RG 42.008.867, permanecendo em vigor as demais informações nelle contidas.

O Delegado de Polícia e Professor Dirigente da Unidade de Ensino e Pesquisa (UEP) em Campinas – DENTER 2, por intermédio da Secretaria de Coordenação e Controle do Interior da Academia de Polícia, torna pública a relação dos policiais civis inscritos para o CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TECNOLÓGICA: ANÁLISE DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA - Turma 2/2022 (Proc. 043SC02/2022), e os convida a comparecer no dia 05/08/2022, no período das 09h00 às 12h00

